



21

25

Reunião Ordinária – Ata nº 08/2015

Data – 2015-04-21

Início – 09.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 10.50 horas

Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores João Carlos Caseiro Gomes
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatos Reis
Luís Filipe Correia Dias
Luís Nuno Ablú Dias (em substituição)
Avelino Manuel Conceição Manana

A Técnica Superior – Catarina Alexandra Justino Santos

Falta: Não esteve presente, por motivos profissionais, a vereadora do PSD, Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório.



Resumo Diário da Tesouraria de 20-04-2015:

a) Dotações Orçamentais..... €6.722.856,52
b) Dotações não Orçamentais..... €45.657,31

Total das Disponibilidades €6.816.932,96



Não podendo estar presente na reunião, por motivos profissionais, a vereadora eleita pelo Partido Social Democrata, Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório, manifestou à Presidente da Câmara, previamente à reunião, a sua vontade de se fazer substituir pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista do Partido Social Democrata apresentada às Eleições Autárquicas de 2013, Luís Nuno Ablú Dias.

Desta forma, dando cumprimento ao previsto nos artigos 78º e 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, verificando-se que Luís Nuno Ablú Dias se encontrava no edifício dos Paços do Concelho, foi o mesmo convocado e, não tendo recusado a substituição, passou a tomar parte da reunião.

el
C

A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram nove horas e trinta minutos.



PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

(nº 6 do artigo 49º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Pese embora se encontrasse inscrito, o munícipe José Maria Brás, residente em Carreira do Mato, Abrantes, não compareceu para intervir na reunião. – PG 213274

A Presidente da Câmara deu por encerrado o período de intervenção aberto ao público, tendo-se passado ao ponto seguinte.



Foi aprovada, por maioria, com a abstenção do Vereador Luis Ablú Dias, por não ter estado presente, a parte da ata relativa às intervenções do executivo, da reunião anterior.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.



INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(artigo 52º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

A Presidente da Câmara deu conhecimento do teor da deliberação do Município da Ribeira Brava – São Nicolau – Cabo Verde, que agradece ao Município de Abrantes o apoio concedido para a requalificação do piso sintético do Estádio Municipal de Futebol, danificado na sequência de intempéries, e manifesta o seu reconhecimento pelas excelentes relações de cooperação, amizade e solidariedade existentes entre os dois municípios. – PG 217279

Tomado conhecimento.

A Presidente da Câmara deu igualmente conta da carta da Associação de Congregação de Gavião das Testemunhas de Jeová que dirige um agradecimento aos serviços da Câmara Municipal pela forma como resolveram um problema relacionado com o Salão do Reino das Testemunhas de Jeová, na Rua Professor Raimundo Mota, Lote 15 em Abrantes. Referem a rapidez na resposta e o facto de, não só terem sido retiradas as árvores danosas de defronte da fachada do edifício, mas também ter sido regularizado o pavimento do passeio. Salientam a execução de um trabalho completo e perfeito pelo qual esta Associação e todos os utentes do Salão agradecem, pedindo que isso seja comunicado a todos que tiveram parte nele. – PG 217673

Tomado conhecimento.



Para conhecimento, apresentou correspondência da “Iniciativa Legislativa de Cidadãos pelo Direito de Nascer”, que tem por objetivo levar o parlamento a apreciar e votar um projeto de lei de “Apoio à maternidade, à paternidade e pelo Direito de Nascer”, pelo que convidam à participação na iniciativa, através da sua subscrição. – PG 217254

Tomado conhecimento.



Apresentou uma comunicação do Grupo Parlamentar do PCP – Partido Comunista Português que dá conta da entrega na Assembleia da República do Projeto de Lei daquele Grupo Parlamentar que “Altera o regime da Renda Apoiada, garantindo um valor de renda mais justo e acessível”. – PG 216093

Tomado conhecimento.



Apresentou, igualmente para conhecimento, a comunicação do Grupo Parlamentar Os Verdes que dá conta de pergunta dirigida ao Governo relativamente à situação dos Centros de Saúde da ARS-LVT, para que o Ministério da Saúde possa prestar os seguintes esclarecimentos: - PG 216645

1. *Qual a avaliação que é feita da Reforma dos Cuidados de Saúde Primários?*
2. *Qual o número de utentes sem médico de família atribuído nos Centros de Saúde da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo?*
3. *Está prevista alguma medida concreta no sentido de resolver efetivamente a manifesta falta de médicos de família na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo?*
4. *Considera o Governo que o facto de as UCSP não terem autonomia para resolver determinadas avarias ou problemas que surjam é uma mais-valia para o funcionamento dos serviços de saúde?*

cl
CL

5. Qual a razão para persistirem tantos problemas informáticos e o que já foi ou será feito no sentido da resolução destes problemas que afetam a produtividade dos Centros de saúde?

Tomado conhecimento.



Para conhecimento a Presidente da Câmara apresentou as circulares da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses que remetem iniciativas legislativas no sentido de recolher comentários, nomeadamente sobre:

- Projeto de Lei nº 795/XII, que procede à primeira alteração à Lei nº 33/98, que cria os Conselhos Municipais de Segurança. – PG 215043
- Alteração ao Código da Estrada. – PG 216494
- Revisão CPTA, ETAF, CCP, RJUE, Lei de Participação Procedimental e Ação Popular e outros. – PG 216332
- Projeto de Lei nº 809/XII/4ª que consagra o princípio da Transparência Ativa em toda a Administração Pública. – PG 215309

Tomado conhecimento.



Deu conhecimento e lamentou o falecimento, no passado dia 7 de abril, do Padre Sebastião Marques Fernandes, Pároco e coordenador das Paróquias de Rossio ao Sul do Tejo, Pego e São Miguel do Rio Torto, desde 1997.

Realizou-se, nesse mesmo dia, pelas 19h00, uma Eucaristia, muito emotiva, na Igreja de Rossio ao Sul do Tejo.

O funeral seguiu para Sobral do Campo, de onde era natural o Padre Sebastião.

Tomado conhecimento.



Informou que foi convidada pela Antena Livre, para uma entrevista alargada, para fazer um balanço do “quase” meio mandato, que foi transmitida no passado dia 14 de abril.

Hoje, dia 21 de abril, os convidados do programa “Especial Autarquias” são os Vereadores do PS com pelouros atribuídos na Câmara Municipal de Abrantes: Celeste Simão, Luís Filipe Dias, João Caseiro Gomes e Manuel Jorge Valamatos.

Tomado conhecimento.

21
6/11/15

A Presidente da Câmara deu conhecimento que o administrador-delegado da Turismo Fundos, SGFII, SA, Pedro Santos Moreira, deslocou-se a Abrantes para reunir com promotores e eventuais investidores para o Hotel Turismo de Abrantes.

Caberá à autarquia o exercício de um papel de facilitador, no sentido de ir ao encontro das melhores condições que permitam a reabertura daquela unidade turística.

Tomado conhecimento.



Fez referência ao facto de o Jornal Correio do Ribatejo ter assinalado, no passado dia 9 de abril, o seu 124º Aniversário. Para celebrar esta data foi realizada uma Gala que decorreu no dia 14 de abril, no Teatro Sá da Bandeira, em Santarém, para a qual foi convidada a estar presente.

Tomado conhecimento.



Deu conta que foi inaugurado, no passado sábado, dia 18 de abril, o Parque de Merendas da Praia Fluvial de Aldeia do Mato.

Esta zona, agora inaugurada, oferece aos visitantes 6 mesas e bancos de madeira, uma zona de churrasco, uma zona de estacionamento para viaturas ligeiras e uma zona de estacionamento para autocaravanas. Foi também melhorado o acesso viário à praia, através da pavimentação da via.

Este projeto foi idealizado e desenvolvido pelo anterior executivo da Junta de Freguesia de Aldeia do Mato e concluído pelo atual executivo da Junta de Freguesia de Aldeia do Mato e Souto e foi apoiado pela TAGUS – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior, no âmbito do PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural. A Câmara Municipal financiou a contrapartida nacional do investimento, que se fixou em 31.461,91€.

A Praia Fluvial de Aldeia do Mato é um importante elemento da rede de equipamento de recreio, lazer e animação turística do concelho de Abrantes. Este espaço tem demonstrado grande capacidade de atracção de população local mas também de concelhos vizinhos.

Neste sentido é fundamental continuar a melhorar as condições de utilização do espaço, tornando-o cada vez mais atrativo indo ao encontro das expectativas da população, pelo que fez uma breve alusão a algumas intervenções que a autarquia pretende levar a efeito.

Tomado conhecimento.



Informou que, no dia 20 de abril, os deputados do Partido Socialista eleitos pelo distrito de Santarém, no âmbito das Jornadas Parlamentares Aberta, visitaram a empresa STI — Sistemas e Técnicas Industriais, localizada no Parque Industrial de Abrantes, por considerarem tratar-se de uma empresa de referência nacional e uma das mais inovadoras do distrito de Santarém.

el
GCS

Alexandra e Carlos Lopes de Sousa, da STI, fizeram um ponto de situação sobre os projetos em desenvolvimento, nomeadamente soluções inovadoras para os segmentos da indústria alimentar e estações de tratamento de águas, referindo que a inovação faz parte da cultura desta empresa com 30 anos de atividade.

Tomado conhecimento.



A Presidente da Câmara informou que, no dia 20 de abril, numa visita organizada pela Tecparques, presidida atualmente pela Tagusvalley, esteve presente na empresa Embraer e no Parque Tecnológico do Alentejo, em Évora, no sentido de encontrar formas de articulação entre a empresa, em crescimento, e o parque tecnológico.

Tomado conhecimento.



Fez alusão à III Semana da Educação, Igualdade e Cidadania, subordinada ao tema "O nosso mundo, a nossa dignidade, o nosso futuro", que terá início dia 21 de abril, pelas 14h, e que decorrerá em diferentes espaços, nomeadamente, edifício Pirâmide, espaço Jovem, agrupamentos de escolas e no Mercado Criativo de Abrantes.

A iniciativa tem como objetivo promover a reflexão e o debate sobre o exercício da cidadania, permitindo a participação ativa de todos e de todas num processo de construção de políticas educativas e formativas, no sentido da inclusão social.

Durante esta semana a prioridade das ações será a sensibilização dos agentes educativos e formativos, assim como a população em geral para a promoção da inclusão social, num trabalho em rede e tendo em conta a importância das parcerias envolvidas.

Fez uma breve alusão ao programa e convidou todos os presentes a participar nestas sessões sobre temas tão importantes e que a todos dizem respeito e que a esta altura, mais do que nunca, estão na agenda do dia.

Tomado conhecimento.



Informou que, no próximo dia 25 de abril, será inaugurada uma nova infraestrutura que integrará o Mercado Diário e o Welcome Center, tendo convidado todos a estarem presentes.

Tomado conhecimento.

cl

cl

A Presidente da Câmara informou também que, no próximo dia 25 de abril, decorrerá uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, no edifício Pirâmide, pelas 11 horas, para assinalar o dia 25 de abril.

Para além das habituais intervenções, a sessão contará também com a intervenção do constitucionalista Pedro Bacelar Vasconcelos sobre "40 Anos de Constituição da República Portuguesa".

Tomado conhecimento.



Na sequência do pedido de informação apresentado pelo Vereador Avelino Manana na reunião de 11 de março de 2015, relativamente ao Projeto Bairro ConVida, a Presidente da Câmara informou que, uma vez o Projeto iniciou efetivamente a sua intervenção em novembro de 2014, o relatório semestral, que se encontra em elaboração, reportará ao período novembro a abril. Nesse sentido, e dado que o relatório responderá a todas as questões colocadas, logo que o mesmo esteja concluído, será remetido à reunião de câmara, para conhecimento.

Tomado conhecimento.



A propósito das questões recentemente levantadas acerca do problema ambiental, relacionado com a morte de peixes, ocorrido no rio Tejo, no passado dia 3 de abril, a Presidente da Câmara deu resumidamente conta do teor de relatório apresentado pelos serviços que, por ser extenso, se anexa à presente ata, que resume toda a situação e elenca os procedimentos a tomar. Disse que o incidente se tratou de um problema pontual que aconteceu devido ao abaixamento crítico do caudal do rio, facto ampliado por causa do açude ter de estar desinsuflado em razão das obras da ponte rodoviária.

Ainda que seja um ano também anormalmente seco, conhecem-se algumas iniciativas de gestão da água, além fronteira, que têm conduzido a este facto. Aliás, sobre esta questão, já a CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, em 10 de fevereiro de 2015, remeteu ao Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território a sua tomada de posição na qual se dava conta desta preocupação com a variação diária do caudal do rio, resultante dos transvases para o sul de Espanha.

Na realidade, o que aconteceu naquele dia foi um súbito aumento do caudal, que estimulou a subida de peixes, seguido de uma diminuição repentina, que inviabilizou a passagem daqueles que ainda se encontravam na escada.

Referiu-se também à qualidade da água, frisando o facto de o peixe que morreu ser maioritariamente tainha, que é um peixe associado à má qualidade da água.

A Câmara Municipal e os Serviços Municipalizados, em conjunto com a Agência Portuguesa do Ambiente, têm procurado perceber as razões da cor escura da água e da espuma existente em alguns locais. Até este momento, não foi detetado nenhum foco de poluição, ou qualquer outra

21
Cte

justificação, no concelho de Abrantes. Aliás, mesmo a montante, são visíveis os mesmos indícios de má qualidade da água.

O que se verifica é que a pouca quantidade de água também está a afetar a sua qualidade. Sobre o açude insuflável realçou que a autarquia recebeu definitivamente a obra no final do ano transato e que a manutenção era, até aí, da responsabilidade do consórcio que executou a empreitada de conceção e execução.

O processo envolveu, desde o início, um acordo de colaboração técnica e financeira com várias entidades, tendo sido constituída uma comissão técnica, com elementos das várias entidades, que foram sendo reestruturadas e renomeadas, o que traduz, por vezes em dificuldades acrescidas de articulação.

A Presidente da Câmara referiu também que, em 2010, foi lançado pela administração central um concurso público para a escolha de entidade privada para a instalação de uma mini-hídrica no Açude Insuflável. Não se conhecem as razões para a demora neste processo, mas desde o início, e no próprio caderno de encargos, consta a necessidade de manutenção do açude e de instalação de um sistema de monitorização na escada de passa peixe, sem encargos para o município. Na altura da construção, ainda não se conheciam soluções nesta matéria, mas recentemente foi colocado um sistema destes em Coimbra e será essa a solução que irá ser replicada.

Lembrou também, porque existe informação contraditória, que açude e a escada passa peixe são estruturas distintas. Existem peças que estão efetivamente em manutenção, mas dizem respeito ao açude e às comportas insufláveis e não à escada de passa peixe, independente do açude, e que está a funcionar em pleno. Existe verificação regular por parte dos serviços do município e as intervenções na escada são frequentes, já que é recorrentemente vandalizada, apesar de estar vedada e da fiscalização regular pelas autoridades.

Este incidente, que foi o primeiro e que se espera que não se repita, é lamentável, mas também serviu de alerta para as entidades, nomeadamente a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, assumirem as suas responsabilidades nesta matéria, já que este dossier estaria suspenso, desde a fusão da ARH com a APA.

Terminou, referindo que, do ponto de vista da autarquia, esta situação já está ultrapassada. Espera-se que não se repita. Mostrou-se disponível para o esclarecimento de quaisquer questões e salientou que no programa "Portugal em Direto" foram emitidas entrevistas elucidativas do sucedido, inclusivamente com a Vice-Presidente da APA, disponibilizando-as para consulta dos vereadores.

el
C

A Presidente da Câmara deu também conta que o Orfeão de Abrantes assinalou 86 anos de existência no passado dia 19 de abril, com um encontro de coros na Igreja da Misericórdia de Abrantes, onde participou, entre outros o coro da Sociedade Artística Tramagalense.

Tomado conhecimento e endereçar as felicitações ao Orfeão de Abrantes.



Na sequência da recomendação apresentada pela bancada municipal do PSD na Assembleia Municipal de Abrantes, designadamente, *"vem solicitar que em situações futuras idênticas às enunciadas no ponto 9 alíneas a), b), h), i), o) e p) da ordem de trabalhos, que nos seja disponibilizado as mínutas dos contratos das respetivas aquisições de bens e serviços, bem como, a informação do serviço de contratação pública que menciona os moldes e as condições em que foram efetuados os procedimentos concursais"*, a Presidente da Câmara deu conta do seguinte:

- Os pontos da ordem de trabalhos atrás citados, referiam-se a pedidos para assunção de compromisso plurianual para abertura de diversos procedimentos pré-contratuais de aquisição de bens e serviços, em cumprimento do estipulado no artº 6º da LCPA;
- Nesta fase do procedimento, não foram, ainda, celebrados contratos, não havendo qualquer informação sobre "os moldes e as condições em que foram efetuados os procedimentos concursais".
- Nalgumas situações, o pedido de assunção de compromisso plurianual vem acompanhado de caderno de encargos e parecer prévio vinculativo, elaborados pelos respetivos serviços requisitantes.
- Uma vez que, nos termos do nº 2 do artº 40º do CCP, a aprovação das peças do procedimento é da competência do órgão competente para a decisão de contratar (Câmara Municipal ou Presidente da Câmara Municipal), os mesmos, embora constem dos processos genéricos, não têm sido facultados aos membros da assembleia municipal.

Tomado conhecimento.



VEREADOR AVELINO MANANA

O vereador Avelino Manana solicitou que lhe fosse disponibilizado o relatório de contas da TagusValley relativo ao ano 2014, se o mesmo já estiver concluído.

A Presidente da Câmara esclareceu que o relatório de contas irá ser ainda sujeito a aprovação em Assembleia Geral. Depois será então remetido à Câmara Municipal, para conhecimento.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

O vereador Avelino Manana apresentou uma declaração da CDU acerca do grave acidente ecológico ocorrido no açude do Aquapolis, que a seguir se transcreve:

"O Tejo é um bem precioso para o equilíbrio do nosso meio ambiente, bem como pelo seu valor económico para a região.

O açude, construído no Aquapolis foi projetado para ser destinado a fruição da população das suas margens e dos nossos visitantes, bem como constituir-se polo importante de turismo e é suposto que, no seu projeto, esta salvaguardado que o seu impacto ambiental seja o menor possível.

Nos últimos tempos, têm sido noticiadas alterações importantes do caudal do Tejo, bem como alterações do seu aspeto. A Câmara Municipal informou que tem sido tomadas posições ao nível da CIMT.

No dia 3 de Abril ocorreu um acidente ecológico grave no açude, que teve como consequência a morte de milhares de peixes.

A CDU é de opinião que a Câmara Municipal deve desenvolver todas as ações que estiverem ao seu alcance – tendo já sido anunciado um pedido de reunião urgente com o Ministro da tutela – mobilizando entidades da tutela, bem como individualidades com saber sobre estas questões, de modo a que se esclareçam rapidamente e em profundidade as razões deste acidente, para assim poderem ser tomadas as medidas necessárias para que tal não volte a acontecer.

A CDU tudo fará para ajudar a esclarecer, o mais rapidamente possível e na sua totalidade, as origens deste acidente, de forma a que sejam tomadas as medidas adequadas para que tal não volte a acontecer."

O vereador Avelino Manana disse ainda que, relativamente a esta matéria, deverão ser esclarecidas duas questões diferentes: relativamente ao caudal do rio Tejo, há que tornar claro e rigoroso se os acordos de gestão da albufeira estão ou não a ser cumpridos; relativamente ao Açude Insuflável, deve esclarecer-se se o mesmo se encontra em devido funcionamento.

A Presidente da Câmara esclareceu que a informação que lhe chegou – não formalmente porque ainda não houve resposta formal – é que o acordo está a ser cumprido.

O acordo prevê apenas repartição da água entre os dois países. Se a quantidade de água é menor, devem ser tomadas outras medidas. A realização de transvases em Espanha não obriga a parecer de Portugal. E é isso que tem que ser alterado. Num cenário de água abundante isso não seria um problema, mas quando a água é muito pouca tem que haver uma gestão efetiva da quantidade de água. Há muitos anos que, em Portugal, o rio Tejo não tem este caudal.

Disse que, associado à quantidade da água, surge o problema da qualidade da água. Em reunião privada com a APA – que esteve em Abrantes a convite da autarquia para verificar a situação localmente – teve a oportunidade de manifestar essa preocupação e a necessidade de serem analisadas e discutidas, quer a questão da quantidade, em articulação obrigatoriamente com Espanha, quer a questão da qualidade da água, que tem que ser avaliada a montante do concelho de Abrantes.

el
Gut

O vereador Avelino Manana disse que seguramente o PCP irá levar esta questão dos caudais à Assembleia da República, porque se trata, de facto, de uma situação muito grave, porque está em perigo, quer o desenvolvimento turístico e a fruição das populações, quer o próprio equilíbrio ecológico.

A Presidente da Câmara referiu que, depois destes esclarecimentos, que espera terem sido cabais, é sua intenção remeter o assunto aos grupos parlamentares, aos deputados eleitos pelo distrito de Santarém, ao Ministério do Ambiente e à CIMT. Se assim entenderem, o documento, em vez de ser enviado pela Presidente da Câmara, poderá ser remetido em nome da Câmara Municipal, advindo da reunião de câmara.

Sobre este assunto, além da tomada de conhecimento, foi decidido o envio do relatório elaborado pelos serviços às entidades acima mencionadas.



VEREADOR LUÍS ABLÚ DIAS

O vereador Luís Ablú Dias disse ter acompanhado a visita dos deputados do PSD da Assembleia da República e da APA. Independentemente das explicações dadas pela Presidente da Câmara, que entendeu bastante razoáveis, salientou que, mesmo em situações de caudais anormalmente baixos a escada de peixes deveria funcionar.

A Presidente da Câmara referiu que a escada de passagem de peixes funciona. Tratou-se apenas de um episódio.

O Vereador Luís Ablú Dias disse que pôde verificar que este episódio aconteceu motivado pelo assoreamento da escada de passa peixes com muito entulho. Algum desse entulho poderá, eventualmente, ser colocado propositadamente para a realização de pesca ilegal, mas outros resíduos não serão propositados.

Salientou também o desassoreamento a montante das comportas insufláveis, referindo que se a altura de cota for diminuída facilitará a passagem dos peixes.

Relativamente à receção da obra, que ocorreu em dezembro de 2014, questionou se, até essa data, houve garantia que a empresa faria a manutenção necessária.

A Presidente da Câmara esclareceu que a obra foi recebida em reunião de câmara tendo por base documentação que atesta essa conformidade.

Quanto às questões apresentadas pelo Vereador Luís Ablú disse que não se pode alterar o rio por bases empíricas. O que foi discutido com a APA foi a necessidade de ser retomada e consolidada a equipa constituída por várias entidades aquando da empreitada, e que entretanto foi desmembrada por via das diversas alterações que aconteceram com essas entidades, para que, em conjunto, sejam encontradas as soluções.

A Câmara Municipal não irá fazer qualquer tipo de alteração por livre arbítrio. É nesse sentido que a Câmara está a trabalhar, aliás que já estava a trabalhar, também com instituições de

21
OK

ensino superior, para estudar estas matérias. Se assim não fosse não teria sido já feito um conjunto alargado de reuniões, inclusivamente com a empresa ganhadora do procedimento para instalação da mini-hídrica, para pedir não só a manutenção do açude como da própria escada de passa peixe. Reforçou a necessidade de se distinguirem as duas estruturas, porque são coisas diferentes. Uma é o açude e as suas comportas insufláveis, outra é a escada passa peixe que é independente e tem um funcionamento independente.

O vereador Luís Ablú Dias questionou quem faz a manutenção da escada de passa peixe e se a mesma é feita diariamente.

A Presidente da Câmara esclareceu que a manutenção é feita pela autarquia que diariamente fiscaliza o funcionamento e realiza todas as intervenções, muitas decorrentes de atos de vandalismo, com o objetivo da pesca ilegal, por pessoas que agem muitas vezes contra as instruções das forças de segurança, que patrulham aquele local também diariamente.

Alertou também para o facto de o equipamento oferecer preocupações ao nível da segurança. Referiu que, logo no início do funcionamento da escada de passa peixe foi decidido vedar o local e colocar placas de interdição, mas que estas são retiradas frequentemente. Está a ser procurada forma de fechar completamente o acesso àquele equipamento, para evitar o vandalismo, mas também por questões de segurança.

Na intervenção que se levará a efeito para a instalação da mini-hídrica, espera-se encontrar soluções para monitorização da passagem de peixes e que permitam que seja um ponto de atração e de estudo.



ORDEM DO DIA

(artigo 53º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

Nº 01 – Proposta de Deliberação do Vereador da CDU, Avelino Manana, a remeter para aprovação, uma proposta de Moção relativamente ao Decreto-Lei nº 30/2015, de 12 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio das funções sociais, na qual propõe que a Câmara Municipal de Abrantes manifeste: - PG 217376

- a) *A sua rejeição do regime jurídico de delegação de competências, contido no DL 30/2015;*
- b) *A necessidade de um processo de descentralização resultar de uma discussão e de um quadro de consensualização (não verificados), antes de mais no plano municipal, capaz de reconhecer as especificidades locais e de as integrar num todo nacional que, consideradas as matérias em causa, consiga responder as necessidades de desenvolvimento do país a uma única velocidade, minorando discrepâncias, diferenças e desigualdades;*

- c) *O seu repúdio face ao tratamento dispensado pelo Governo, ao longo de todo este processo legislativo, em relação a ANMP e consequentemente aos municípios portugueses.*

A Presidente da Câmara disse que os membros do executivo em funções concordam com a preocupação manifestada na proposta e poderiam tender a votar favoravelmente. No entanto, Abrantes é um município piloto no processo de transferência de competências na área da educação e esse processo não está fechado, pese embora não tenha sido assinado o acordo, já que o município e os parceiros continuam a trabalhar nesta matéria.

Tal como a CDU, os membros do executivo em funções são favoráveis à descentralização de competências num quadro macro, como aliás tem vindo a ser manifestado publicamente. Entendem que a descentralização é razão para haver um trabalho de fundo, com vista à articulação entre os municípios e a administração central, para poder estar mais próximo dos cidadãos e para gerir melhor.

Concordando com o que está a ser proposto, mas não podendo rejeitar a descentralização de competências, por não estar fechado ainda o processo, abstêm-se relativamente à proposta.

O vereador Avelino Manana disse que cada um tem a sua razão de voto, mas que não vê contradição entre o processo que decorreu, em relação ao ensino, e a rejeição deste decreto. No futuro, outras propostas de descentralização poderão continuar. O que há a rejeitar é este decreto.

Todas as linhas já estavam previstas pelo governo antes mesmo da publicação do diploma, que as veio a enquadrar juridicamente.

Nas negociações com a ANMP não foram esclarecidas questões essenciais, nomeadamente sobre critérios, a escolha das áreas em causa, a escolha dos municípios envolvidos, etc.

Concorda com a existência de projetos piloto, mas não está de acordo com o formato dos projetos piloto.

Reforçou que para a descentralização deverá ser feita a regionalização. Considera que este decreto não prevê a descentralização, mas sim a desresponsabilização do Estado. Por um lado as funções do estado não vão ser garantidas, como inscritas na constituição, por outro vão ser atirados encargos políticos e financeiros para os municípios que, ainda por cima, têm recebido cortes nas suas finanças.

A Presidente da Câmara reforçou que concordam com a essência da proposta, só não votam favoravelmente porque entendem que se mais tarde se avançar para este processo, neste modelo, poderá haver alguma incoerência relativamente a esta matéria.

O Vereador Luís Ablú Dias disse que efetivamente se revê em quase todas as preocupações manifestadas na proposta e com a explicação apresentada pelo Vereador Avelino Manana, mas não concorda totalmente com o teor das alíneas a) e c) da proposta. Considera que, independentemente de quem venha a governar, e por várias razões, estas linhas de orientação irão ser seguidas futuramente.

d
C

Este processo deverá ser feito com as pessoas e para as pessoas, neste caso com os municípios. Contudo, se se garantir o cumprimento do artigo 4º, que se refere à transferência dos recursos financeiros necessários e suficientes, não vê obstáculos, razão pela qual se abstém.

Deliberação: por maioria, com a abstenção da Presidente da Câmara e dos vereadores João Gomes, Celeste Simão, Manuel Valamatos, Luís Dias e Luís Ablú Dias, e com o voto a favor do vereador Avelino Manana, aprovada a proposta de moção relativamente ao Decreto-Lei nº 30/2015, de 12 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio das funções sociais.



Divisão de Gestão Financeira e Administrativa

Nº 02 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou informações da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa a dar conta de que, nos termos do nº 4) do artigo 12º do regulamento do FINAbrantes, a equipa técnica de acompanhamento do programa propôs a anulação dos seguintes montantes:

Entidade	Medida	Valor anulado	Processo
Clube Cultural Recreativo de Vale das Mós	FINAbrantes 2013 - Medida 4	418,14€	184060
Centro Cívico, Cultural e Desportivo de Alferrarede	FINAbrantes 2014 - Medida 1	2.072,24€	160232
Soc. Filarmónica Educ. e Beneficência Riomoinhense	FINAbrantes 2014 - Medida 1	718,76€	148006
Casa do Benfica de Abrantes	FINAbrantes 2014 - Medida 1	856,00€	167997
Centro Social de Água das Casas	FINAbrantes 2014 - Medida 1	223,00€	160237
Cruz Vermelha Portuguesa Delegação de Abrantes	FINAbrantes 2014 - Medida 4	569,85€	167934
Associação Juventude Ação no Futuro	FINAbrantes 2014 - Medida 4	1.551,69€	167792
Casa do Povo de S. Miguel do Rio Torto	FINAbrantes 2014 - Medida 4	1.089,24€	167928
Casa do Povo de S. Miguel do Rio Torto	FINAbrantes 2014 - Medida 1	652,95€	160230
Sociedade União Crucifixe	FINAbrantes 2014 - Medida 1	209,01€	160161
Banda Filarmónica Mourisque	FINAbrantes 2014 - Medida 1	3.686,00€	213284

Tomado conhecimento.



Nº 03 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 14 de abril de 2015, que dá conta que a equipa técnica de acompanhamento do FINAbrantes constatou incorreções na avaliação das candidaturas apresentadas ao FINABRANTES, Medida 1 - Cultura, pela Associação dos Reformados do Tramagal – ARTRAM e pelo Clube Orientação e Aventura – COA, pelo que sugerem a correção dos montantes aprovados na reunião de 24 de março de 2015, nomeadamente: – PG 214313

- Associação dos Reformados do Tramagal – ARTRAM:
Apoio aprovado - 3.446,26€;

cl
Cale

- Apoio a aprovar - 6.047,88€;
- Clube Orientação e Aventura – COA:
Apoio aprovado - 4.028,82€;
Apoio a aprovar - 1.939,79€.

Mais informa que as correções propostas implicam um reforço no montante total aprovado para a Medida 1 - Cultura, no montante de 512,52€ (quinhentos e doze euros e cinquenta e dois cêntimos).

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a correção aos valores aprovados na reunião de câmara de 24 de março de 2015 relativamente às candidaturas ao FINAbrantes apresentadas à Medida 1 - Cultura pela Associação dos Reformados do Tramagal – ARTRAM e pelo Clube Orientação e Aventura – COA, de acordo com o sugerido pela equipa técnica e nos termos e fundamentos da informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa.



Nº 04 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, no seguimento de uma informação da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 14 abril de 2015, que remete para aprovação a atribuição do valor de 2.050€ (dois mil e cinquenta euros) aos Agrupamentos de Escolas destinado ao pagamento de despesas com linhas telefónicas de suporte ao funcionamento da internet das escolas do 1º ciclo e jardins de infância do concelho, calculado pela Divisão de Conhecimento e Intervenção Comunitária, em função do número de alunos, sendo: - PG 217369

- Escolas e J.I. com menos de 25 alunos – 70,00 €
- Escolas e J.I. de 25 a 50 alunos – 80,00 €
- Escolas e J.I. de 51 a 100 alunos – 100,00 €
- Escolas com mais de 100 alunos – 120,00 €
- Escolas com mais de 150 alunos – 150,00€
- Escolas com mais de 200 alunos – 170,00€
- Escolas com mais de 250 alunos – 200,00€

Esta verba, igual à dos anos transatos, será atribuída anualmente, servirá para pagar as chamadas oficiais feitas em cada escola e será depositada na conta dos agrupamentos, que farão com as escolas a sua gestão, repartindo-se da seguinte forma:

- Agrupamento de Escolas N.º 1 de Abrantes - 1.260,00€;
- Agrupamento de Escolas nº 2 de Abrantes - 790,00€.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição do valor de 2.050€ (dois mil e cinquenta euros) aos Agrupamentos de Escolas destinado ao pagamento de despesas com linhas telefónicas de suporte ao funcionamento da internet das escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância do concelho, que será depositada na conta dos agrupamentos respetivos.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

Nº 05 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, que recai sobre uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 14 de abril de 2015, relativa ao apoio solicitado pela União das Freguesias de Aldeia do Mato e Souto para a colaboração dos serviços do Município no abate de pinheiro de grandes dimensões, localizado no exterior da EB1 de Souto, no sentido de prevenir eventuais acidentes. Remete para aprovação e envio à Assembleia Municipal a concessão do apoio solicitado, uma vez o Município dispõe de meios materiais e humanos para abate da árvore, estimando-se que os custos internos ascendam a 743,28€ (setecentos quarenta e três euros e vinte e oito cêntimos). – PG 213346

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o apoio à União das Freguesias de Aldeia do Mato e Souto, nomeadamente pela cedência de meios materiais e humanos necessários ao abate de pinheiro de grandes dimensões, localizado no exterior da EB1 de Souto.

Submeter à Assembleia Municipal para aprovação, de acordo com o disposto na alínea j) do nº 1 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.



Nº 06 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, relativa a uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 14 de abril de 2015, que remete para aprovação, a atribuição do montante de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) à Média On – Comunicação Social, Lda., para apoio à realização da X Gala Antena Livre & Jornal de Abrantes, no dia 30 de abril de 2015. – PG 217149

Deliberação: Por maioria, com a abstenção do vereador Luís Ablú Dias, aprovar a atribuição do montante de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) à Média On – Comunicação Social, Lda., para apoio à realização da X Gala Antena Livre & Jornal de Abrantes, no dia 30 de abril de 2015, no cine-teatro S. Pedro, em Abrantes, nos termos e com os fundamentos da informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa.

O vereador Luís Ablú Dias disse que percebe o enquadramento do apoio e que, por isso, se abstém e não vota contra. Contudo, considerando que se trata de uma empresa com fins lucrativos, deveria ser a mesma a suportar as despesas com o evento.



Nº 07 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação o seu despacho que autorizou a assunção de compromisso plurianual com vista à celebração de contrato de manutenção dos elevadores do Mercado Municipal, pelo prazo de 2 anos e pelo valor de 2.880,00€ (dois mil oitocentos e oitenta euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, para os dois anos de vigência do contrato a celebrar com a empresa "Orona Portugal, Lda.". – PG 217994

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no nº 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o despacho da Presidente da Câmara que autorizou a assunção de compromisso plurianual com vista à celebração de contrato de manutenção dos elevadores do Mercado Municipal, pelo prazo de 2 anos e pelo valor total de 2.880,00€ (dois mil oitocentos e oitenta euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, para os dois anos de vigência do contrato, no âmbito da Autorização Prévia dada pela Assembleia Municipal, em sessão 20 de fevereiro de 2015, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.



Nº 08 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, no seguimento de uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 14 de abril de 2015, remete para aprovação o pedido de parecer prévio vinculativo com vista à renovação do contrato nº 20/2014 relativo à "Aquisição de serviços para assistência técnica das impressoras, fotocopiadoras e faxes do Município de Abrantes", celebrado com a empresa "MAXICOPIA – Sociedade de Equipamentos de Escritório, Lda., pelo valor anual 12.413,88€ (doze mil quatrocentos e treze euros e oitenta e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. – PG 159875

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o pedido de parecer prévio vinculativo com vista à renovação do contrato nº 20/2014 relativo à "Aquisição de serviços para assistência técnica das impressoras, fotocopiadoras e faxes do Município de Abrantes", celebrado com a empresa "MAXICOPIA – Sociedade de Equipamentos de Escritório, Lda., nos termos e com os fundamentos da informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa.



Nº 09 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 08 de abril de 2015, remetendo para aprovação a listagem dos pedidos de dispensa de pagamento das taxas de licenciamento de eventos culturais/desportivos/tradicionais apresentados durante o mês de março do corrente ano, que ainda não foram objeto de deliberação e que totalizam o valor de 275,04€ (duzentos e setenta e cinco euros e quatro cêntimos).

Mais informa que, analisado cada pedido, verificou-se que todos os requerentes se enquadram no tipo de entidades previstas no artigo 10º do Regulamento de Taxas e Licenças e que se encontram cumpridos os requisitos previstos no artigo 13º do mesmo Regulamento. Também se verifica que nenhum dos requerentes tem dívidas ao Município à data daquela informação. – PG 211776

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das taxas de licenciamento de eventos culturais/desportivos/tradicionais apresentados durante o mês de março do corrente ano, que ainda não foram objeto de deliberação e que totalizam o valor de 275,04€ (duzentos e setenta e cinco euros e quatro centavos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município e nos termos da referida informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa.

Informar os requerentes que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que procedam, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.



Nº 10 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, no seguimento de uma informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 16 de abril de 2015, remetendo para aprovação o pedido apresentado pelo Centro de Solidariedade Social da Freguesia do Souto de dispensa total do pagamento de taxas relativas à emissão de alvará de utilização para Lar de Idosos do Souto, no montante de 625,80€ (seiscentos e vinte e cinco euros e oitenta centavos). – PG 218293

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das taxas devidas pelo Centro de Solidariedade Social da Freguesia do Souto, pela emissão de alvará de utilização para Lar de Idosos do Souto, no valor de 625,80€ (seiscentos e vinte e cinco euros e oitenta centavos), ao abrigo dos artigos 10º e 13º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município.



Nº 11 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo o seu despacho que aprovou a prorrogação do prazo de pagamento da taxa de ocupação de espaço público com cano condutor de água, no valor de 39,69€ (trinta e nove euros e sessenta e nove centavos), até ao dia 10 de abril de 2015, sem a aplicação do agravamento previsto no Regulamento de Taxas e Licenças em vigor, na sequência do pedido apresentado por Emídio Manuel de Jesus Alfacinha. – PG 216511

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o despacho da Presidente da Câmara que aprovou o pedido apresentado por Emídio Manuel de Jesus Alfacinha para a prorrogação do prazo de pagamento da taxa de ocupação de espaço público com cano condutor de água, até ao dia 10 de abril, sem a aplicação do agravamento previsto no Regulamento de Taxas e Licenças em vigor.

21

21

Divisão de Conhecimento e Intervenção Comunitária

Nº 12 – Para conhecimento, a Vereadora Celeste Simão remete o relatório referente ao Rastreio Visual e Auditivo junto dos alunos de 1.º ciclo dos Agrupamentos de Escolas do concelho de Abrantes, enviado pelo Rotary Clube de Abrantes, no âmbito do seu programa de ação para o ano rotário 2014/2015. – PG 216334

Tomado conhecimento.



Nº 13 – Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão, referente a uma informação da Chefe da Divisão de Conhecimento e Intervenção Comunitária, datada de 31 de março de 2015, na sequência do pedido do Agrupamento de Escolas n.º 2 de Abrantes, a solicitar autorização para utilização das instalações da cidade desportiva de Abrantes, designadamente, estádio municipal, piscinas e sala de musculação/campo n.º 2, para a realização de aulas de Educação Física dos alunos do programa PIEF, assim como a cedência de transporte para deslocação dos mesmos, entre a Escola Secundária Dr. Manuel Fernandes e a Cidade Desportiva. – PG 212363

A Vereadora Celeste Simão referiu que este pedido só foi apresentado agora, já com o ano escolar em curso, atendendo a que só recentemente foi dada a autorização necessária para a contratação do técnico para acompanhamento destes alunos.

Deliberação: Por unanimidade, autorizar, com a dispensa das taxas respetivas, a utilização das instalações da cidade desportiva de Abrantes e a cedência de transporte para deslocação dos alunos do programa PIEF, do Agrupamento de Escolas n.º 2 de Abrantes, de acordo com as disponibilidades da Autarquia.



Nº 14 – Proposta de deliberação da vereadora Celeste Simão, no seguimento de informação do Serviço de Ação Social da Divisão de Conhecimento e Intervenção Comunitária, datada de 19 de março de 2015, remete para aprovação a lista ordenada dos candidatos admitidos para a utilização dos 7 aparelhos que se encontram disponíveis, no âmbito do Protocolo de Cooperação do Serviço de Teleassistência Fixa ao Segmento Sénior. – PG 42012

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a lista ordenada dos candidatos admitidos para a utilização dos 7 aparelhos que se encontram disponíveis, no âmbito do Protocolo de Cooperação do Serviço de Teleassistência Fixa ao Segmento Sénior.

cl

at

Divisão de Cultura, Património e Desporto

Nº 15 – Para conhecimento, o Vereador Luis Dias, remete ofício refª 109, datado de 11 de abril de 2015, do Agrupamento de Escolas Verde Horizonte de Mação, concretamente do departamento de Educação Física da Escola Básica 2/3º Ciclos com Ensino Secundário de Mação, a agradecer o contributo prestado ao Desporto Escolar de Natação, através da cedência das Piscinas Municipais de Abrantes, e à Divisão de Cultura e Património e Desporto pelo apoio à realização do pré-Apuramento Regional de Natação para os Campeonatos do Mundo, que se realizaram no passado dia 11 de fevereiro de 2015. – PG 213431

Tomado conhecimento.



Nº 16 – Para conhecimento, o Vereador Luís Dias, apresentou o resumo quinzenal dos diversos eventos a levar a efeito no período de 21 de abril a 04 de maio de 2015, no âmbito do plano de atividades para 2015 dos serviços municipais para as áreas de desporto, cultura, turismo, museus e património, bibliotecas e arquivo e juventude. – PG 218343

Tomado conhecimento.



Nº 17 – Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias, remetendo para aprovação, proposta das normas de funcionamento para a Feira de Artesanato, a realizar em simultâneo com as Festas de Abrantes de 2015, de 10 a 14 de junho, nas ruas e praças do Centro Histórico de Abrantes. – PG 218582

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a proposta das normas de funcionamento para a Feira de Artesanato, a realizar em simultâneo com as Festas de Abrantes de 2015, de 10 a 14 de junho.



Nº 18 – Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias, remetendo para aprovação, proposta das normas de funcionamento para a exploração das tasquinhas das Festas de Abrantes, de 2015, no período de 9 a 14 de junho de 2015, no Jardim da República, em Abrantes. – PG 218574

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a proposta das normas de funcionamento para a exploração das tasquinhas Festas de Abrantes, de 2015, no período de 9 a 14 de junho de 2015, no Jardim da República, em Abrantes.

cl

Col

Nº 19 – Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias, relativa à informação nº 17 da Divisão de Cultura, Património e Desporto, datada de 06 de abril de 2015, acerca do pedido do CRIA - Centro de Recuperação e Integração de Abrantes, a solicitar a cedência gratuita do auditório do Edifício Pirâmide, no dia 28 de abril de 2015, para a realização de uma "Oficina de Jogos Didáticos" (formação interna), a cargo da Equipa Local de Intervenção de Abrantes/Sardoal/Mação. – PG 215585

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a cedência do auditório do Edifício Pirâmide, CRIA - Centro de Recuperação e Integração de Abrantes, no dia 28 de abril de 2015, para a realização de uma "Oficina de Jogos Didáticos", mediante a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 100,99€ (cem euros e vinte e nove cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.



Nº 20 – Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias, referente à informação nº 13 da Divisão de Cultura, Património e Desporto, datada de 11 de março de 2015, acerca do pedido do Grupo de Teatro Palha de Abrantes, a solicitar a cedência gratuita do auditório do Cine Teatro S. Pedro, em Abrantes, para a realização de dois espetáculos nos dias 9 de maio e 6 e 7 de junho de 2015, na sequência da sua candidatura ao Finabrant. – PG 211110

Deliberação: autorizar a cedência do cine teatro S. Pedro, em Abrantes, Grupo de Teatro Palha de Abrantes nos dias 9 de maio e 6 e 7 de junho de 2015, mediante a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor total de 387,48€ (trezentos e oitenta e sete euros e quarenta e oito cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

À Divisão de Cultura, Património e Desporto para os devidos efeitos.



Nº 21 – Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias, na sequência de uma informação da Divisão de Cultura e Património e Desporto, datada de 27 de março de 2015, e do pedido da Brigada Mecanizada de Santa Margarida com vista à cedência de 15 grades antimotim para a realização da "Estafeta Nun'Alvares", inserida nas Comemorações do Aniversário daquela Brigada. PG 215924

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a cedência de 15 grades antimotim à Brigada Mecanizada de Santa Margarida, para a realização da "Estafeta Nun'Alvares", inserida nas Comemorações do Aniversário daquela Brigada.

À Divisão de Cultura, Património e Desporto para os devidos efeitos.

Nº 22 – Proposta de Deliberação do vereador Luis Dias, na sequência de dois pedidos apresentados por dois grupos distintos de peregrinos do distrito de Portalegre que solicitam a cedência de alojamento para a pernoita de 25 e de 40 pessoas na madrugada do dia 10 de maio de 2015. – PG 205158

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a cedência das instalações do Estádio Municipal de Abrantes para pernoita dos peregrinos que o solicitem, por analogia com o apoio prestado em anos transatos.

À Divisão de Cultura, Património e Desporto para os devidos efeitos.



Divisão de Gestão de Projetos e Produção

Nº 23 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 66 da Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 10 de abril de 2015, acerca da empreitada de "Requalificação do Largo do Cruzeiro no Pego – Abrantes", adjudicada à sociedade comercial Construforte - Sociedade de Construções e Empreitadas, Lda., com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, e da vistoria realizada aos trabalhos, a qual foi realizada em 26 de março de 2015.

Constatou-se, naquela vistoria, que os trabalhos que constituem a obra em questão encontram-se em condições de ser aceites pelo dono da obra, pelo que, poderá proceder-se à liberação faseada da caução.

Considerando que a receção provisória desta empreitada ocorreu em 06 de dezembro de 2013, que corresponde a um tempo decorrido de 1 ano completo, poderá ser liberado 30% do valor retido, ou seja 1.087,36€ (mil e oitenta e sete euros), relativo a garantia bancária nº 059.43.010352-9, da Caixa Económica Montepio Geral.

Após esta redução, o valor retido será de 9.786,28€ (nove mil setecentos e oitenta e seis euros e vinte e oito cêntimos) – PG 212972

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a liberação da caução da empreitada de "Requalificação do Largo do Cruzeiro no Pego – Abrantes", adjudicada à sociedade comercial Construforte - Sociedade de Construções e Empreitadas, Lda., de acordo com a informação nº 66 da Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 10 de abril de 2015.

21
Cota

Nº 24 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, João Gomes, referente à informação nº 65 da Divisão de Gestão de Projetos e Produção, datada de 10 de abril de 2015, acerca da vistoria efetuada à empreitada de “Escola do Ensino Básico do 1º Ciclo de Carvalho”, adjudicada à sociedade Alpeso-Construções, S.A., para efeitos de receção definitiva. – PG 216443

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de receção definitiva da empreitada de “Escola do Ensino Básico do 1º Ciclo de Carvalho”, adjudicada à sociedade Alpeso-Construções, S.A., devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 25 – Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador João Gomes, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



Unidade Orgânica de Desenvolvimento Económico e Turístico

Nº 26 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, que, na sequência de informação da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Administrativa, datada de 16 de abril de 2015, onde consta que, com o objetivo proporcionar aos utentes do Parque Tejo o serviço de lavandaria self-service, foi adquirida uma máquina de lavar roupa equipada com moedeiro e com a capacidade de 8 Kg, remete para aprovação a definição do preço de 2,00€ (dois euros) para utilização da mesma, por parte dos utilizadores do espaço, excluindo detergente ou qualquer outro produto de lavagem. – PG 216109

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o preço de 2,00€ (dois euros) para utilização da máquina de lavar roupa do Parque Tejo, por parte dos utilizadores do espaço, excluindo detergente ou qualquer outro produto de lavagem, ao abrigo do disposto na alínea e) do nº 1 do artº 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.



Nº 27 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, no seguimento de informação do Coordenador da Unidade Orgânica de Desenvolvimento Económico e Turístico, datada de 16 de abril de 2015, que remete para aprovação a ata relativa à “Hasta pública para a atribuição de concessões, em regime de ocupação de locais de venda do Mercado Municipal, em Abrantes”,

21
C

referindo que, conforme deliberação da Câmara Municipal de 24 de março de 2015, teve lugar no passado dia 14 de abril a referida hasta pública e, conforme consta do no ponto 17 da referida ata, foram arrematados os seguintes locais de venda: Lojas 0.L.1, 0.L.2 e Banca -2.B.10, tendo ficado livres, por inexistência de candidatos, os seguintes locais de venda: Lojas 1.L.1, 1.L.2, 1.L.3 e Bancas -1.B.6, - 1.B.7, -1.B.9, -1.B.10.

Mais refere que, indício de conluio entre os licitantes e estando salvaguardados os interesses municipais e públicos sugere-se a efetivação, pela Câmara Municipal, dos locais de venda atribuídos. – PG 214377

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a ata da “Hasta pública para a atribuição de concessões, em regime de ocupação de locais de venda do Mercado Municipal, em Abrantes” realizada no dia 14 de abril de 2015, procedendo-se à adjudicação dos locais de venda nos seguintes moldes:

- Simplesmente Divinal – Pastelaria, Lda. – Loja 0.L.1, pelo valor de 160€ (cento e sessenta euros);
- Simplesmente Divinal – Pastelaria, Lda. – Loja 0.L.2, pelo valor de 1.000€ (mil euros)
- Nuno Manuel Dias da Silva – Banca -2.B.10, pelo valor de 15€ (quinze euros)

À Unidade Orgânica de Desenvolvimento Económico e Turístico para proceder em conformidade.



Nº 28 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, decorrente da informação do Coordenador da Unidade Orgânica de Desenvolvimento Económico e Turístico, datada de 16 de abril de 2015, remetendo para aprovação o “Projeto de Regulamento do Mercado Municipal de Abrantes”. – PG 218792

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o projeto de Regulamento do Mercado Municipal de Abrantes, devendo ser promovidos os necessários trâmites previstos no Decreto-Lei nº 10/2015, de 16 de janeiro, e no Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, no procedimento a adotar para a elaboração de regulamentos, designadamente:

- Nomeador como responsável pela direção do procedimento, o Coordenador da Unidade Orgânica de Desenvolvimento Económico e Turístico;
- Que o procedimento de elaboração do regulamento do mercado municipal de Abrantes tenha início a 27 do corrente mês de abril de 2015;
- Que o início do procedimento seja publicitado na Internet, no sítio institucional do Município de Abrantes, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento;
- Que seja concedido um período de 30 dias úteis, após publicitação no sítio institucional do Município de Abrantes, para apresentação de contributos, pelos interessados que

eventualmente venham a ser constituídos no procedimento, contributos esses que poderão ser efetuados através do endereço *investiremabran*tes@cm-abran

tes.pt e através do telemóvel 969 014 926, ou presencialmente junto dos colaboradores responsáveis do Gabinete de Desenvolvimento Económico;

- Que, sem prejuízo do referido no parágrafo anterior, sejam desde já constituídos como interessados todos os operadores económicos instalados no Mercado Municipal, sendo-lhes fornecida cópia da proposta anexa, para que apresentem os seus contributos no prazo estabelecido, se assim entenderem;

- Que seja disponibilizado, para *download* no sítio institucional da Câmara Municipal, a proposta de regulamento.



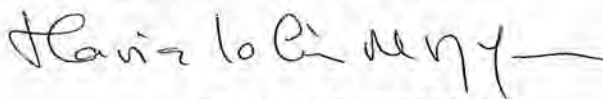
Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente da Câmara declarou a reunião encerrada pelas dez horas e cinquenta minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Técnica Superior a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA



A TÉCNICA SUPERIOR

RELATÓRIO SOBRE O ABAIXAMENTO CRÍTICO DO CAUDAL DO RIO TEJO/ABRIL2015

Reunião de Câmara Municipal de Abrantes-21 de Abril2015

Na última semana avolumaram-se as queixas sobre o abaixamento crítico do caudal do rio Tejo, a níveis sem precedentes históricos.

Em consequência desse abaixamento de caudal, tornaram-se visíveis indícios de má qualidade da água, com cor negra e espuma em certos locais, e também a ocorrência que levou à morte de uma quantidade significativa de peixes na "escada de passagem" no açude insuflável na margem sul do Tejo em Abrantes.

Recorde-se que, em 10 de fevereiro, foi remetido ao Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia tomada de posição do Conselho Intermunicipal da CIM Médio Tejo, aprovada por unanimidade, na qual se dava conta da preocupação da CIMT relativamente à variação diária do nível do caudal do rio Tejo resultante dos transvases para o sul de Espanha, e na qual:

1. Se solicitava a intervenção do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia no sentido de, em conjunto com o Ministério de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente de Espanha, garantir a existência de um nível regular dos caudais do rio Tejo adequados à preservação dos ecossistemas aquáticos e à utilização dos equipamentos de turismo e lazer pelas populações ribeirinhas;
2. Se requeria à Agência Portuguesa do Ambiente que promovesse uma adequada coordenação e gestão dos caudais do rio Tejo, com a sua congénere espanhola, de modo a assegurar o cumprimento dos instrumentos de política da União Europeia relativa à água;
3. Se solicitava à Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção de Albufeira que contemplasse as preocupações com o nível e a regularidade dos caudais do rio Tejo nos esforços de cooperação bilateral para a gestão partilhada da bacia do Tejo.

O açude insuflável integra uma infraestrutura de passagem de peixes, de modo a não obstaculizar a dinâmica das espécies piscícolas migratórias que necessitam de se deslocar para zonas de montante, no rio Tejo, para efeitos de reprodução.

O açude insuflável é uma obra que teve como objetivo criar um espelho de água na zona de intervenção do Aquapolis e que permitiu potenciar este espaço enquanto zona de lazer e turismo, bem como, para a prática de desportos náuticos, componentes estratégicas do desenvolvimento do concelho de Abrantes e do Médio Tejo.

Esta obra foi lançada por concurso público, na modalidade conceção-execução e o processo envolveu desde o início, no âmbito de um acordo de colaboração técnica e

financeira, o, à época INAG, e a, à época, DRAOT- LVT, bem como, a CCDR- LVT e a Câmara Municipal, tendo sido nomeada uma comissão técnica constituída por um elemento de cada uma destas entidades, sendo o processo coordenado pela DRAOT- LVT e INAG.

No decorrer dos últimos anos, estas entidades foram sendo reestruturadas e renomeadas o que se traduz, por vezes, em dificuldades acrescidas de articulação.

De modo a tentar otimizar o desempenho da escada de peixe foi considerado essencial a introdução de uma componente de monitorização de acordo com os pareceres da DGRF à época, hoje ICNF.

Entretanto, avançou o procedimento de concurso público para a concessão da utilização privativa de recursos hídricos do domínio público, para produção de energia hidroelétrica com incidência específica nesta infraestrutura. Este procedimento, foi realizado em execução da Resolução de Conselho de Ministros n.º 72/2010, de 10 de setembro, pelo Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, tendo sido assinado em consequência o contrato de implementação, em dezembro de 2010, com a empresa Soares da Costa Hidroenergia.

A Câmara Municipal de Abrantes, enquanto proprietária do açude, tem acompanhado este processo, e junto da adjudicatária da concessão deu o necessário registo das condições que pretende ver inseridas no contrato de concessão, cuja assinatura ocorrerá depois dos projetos aprovados pela entidade adjudicante. Entre outras condicionantes, foi salvaguardada a questão das intervenções necessárias na escada de passagem de peixe, sem encargos para o município, nomeadamente a monitorização e manutenção.

Lamentavelmente, e sem justificação aparente, todo este processo arrasta-se há quatro anos.

Anota-se também que nos termos da contratação pública, a obra do açude insuflável teve a receção definitiva final em 27 de novembro de 2014, tendo até essa data a manutenção sido partilhada entre o consórcio adjudicatário e o município de Abrantes.

Não obstante, registe-se que os serviços do município têm acompanhado regularmente o funcionamento do açude insuflável e da escada de passagem de peixes em particular, tendo atenção às consequências de atos de vandalismos que ocorrem, apesar de no local existir uma vedação e da fiscalização regular por parte das autoridades.

Em virtude das obras que decorrem na ponte rodoviária, da responsabilidade da Estradas de Portugal E.P., o açude terá de estar desinsuflado por um período de oito meses, deixando o caudal do rio Tejo exclusivamente dependente da gestão do caudal de água pelas entidades com a tutela dos recursos hídricos, designadamente a montante do açude, com especial enfoque nas barragens.

C. J. P.
H. M.

Tendo em conta a situação preocupante, que está a criar alguns problemas ambientais que merecem a maior preocupação por parte da autarquia e da comunidade ribeirinha a Presidente da Câmara Municipal de Abrantes determinou os procedimentos que se enumeram de seguida:

1- Solicitar ao Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, uma reunião, com caráter de urgência, para analisar esta situação e procurar, com o envolvimento da tutela, uma melhor articulação entre serviços de modo a evitar a repetição de situações similares e assegurar uma adequada gestão do caudal fluvial, da segurança das pessoas, equipamentos e equilíbrio do ecossistema, bem como, da efetiva instalação da mini-hídrica.

2-Divulgar através de comunicado o ponto de situação relativamente à ocorrência.

3-Atuação dos serviços municipais, conforme acordado com a APA-Agência Portuguesa do Ambiente concretizando as ações de limpeza de sedimentos (areia e areão) a montante da entrada da "escada de passagem de peixe" de forma a ampliar o caudal de entrada de água.

4-Preparação de projeto de intervenção a jusante da já referida entrada a submeter à aprovação da APA.

5-Repor a sinalização de segurança identificativa de interdição de acesso à "escada de passagem de peixe" por estranhos ao serviço e a vedação vandalizada nessa infraestrutura.

6-Dar continuidade aos contatos com a equipa de investigadores especialistas no domínio dos peixes migradores e infraestruturas associadas, no sentido de concretizar rapidamente eventuais medidas de monitorização deste processo em concreto.

7-Dar conhecimento deste documento à Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, aos municípios ribeirinhos contíguos

Abrantes, 13 de Abril 2015

C. J. P.
H. M.
I. P. R.
M. J. P.
M. J. P.

CJP

Rede Regional – 13 abril 15

<http://www.rederegional.com/index.php/sociedades/12213-camara-de-abrantes-recusa-responsabilidades-pelos-problemas-no-acude>

Câmara de Abrantes recusa responsabilidades pelos problemas no açude

A Câmara Municipal de Abrantes recusa responsabilidades pela falta de manutenção do açude insuflável situado no Rio Tejo e já solicitou ao Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, uma reunião com caráter de urgência para a debater os problemas causados pelo abaixamento crítico do caudal do rio.

Numa nota enviada á comunicação social, assinada pela presidente da câmara, Maria do Céu Albuquerque, a autarquia resume os contactos feitos com vários organismos para assegurar o caudal do rio e explica que o açude insuflável, uma obra que teve como objetivo criar um espelho de água na zona de intervenção do Aquapolis e que permitiu potenciar este espaço enquanto zona de lazer e turismo, integra uma infraestrutura de passagem de peixes, de modo a não obstaculizar a dinâmica das espécies piscícolas migratórias.

Após relembrar o processo de conceção-execução da obra, que envolveu várias entidades, a autarquia revela que, no decorrer dos últimos anos, algumas entidades públicas foram sendo reestruturadas e renomeadas o que se traduz, por vezes, em dificuldades acrescidas de articulação.

"Entretanto, avançou o procedimento de concurso público para a concessão da utilização privativa de recursos hídricos do domínio público, para produção de energia hidroelétrica com incidência específica nesta infraestrutura", diz o mesmo texto, explicando que o contrato de implementação foi assinado em dezembro de 2010, sendo que "entre outras condicionantes, foi salvaguardada a questão das intervenções necessárias na escada de passagem de peixe, sem encargos para o município, nomeadamente a monitorização e manutenção".

No entanto, segundo a autarquia, "sem justificação aparente, todo este processo arrasta-se há quatro anos", sendo que a obra do açude insuflável teve a receção definitiva final em 27 de novembro de 2014, tendo até essa data a manutenção sido partilhada entre o consórcio adjudicatário e o município de Abrantes.

O problema, segundo Maria do Céu Albuquerque, é que, com as obras que decorrem na ponte rodoviária, da responsabilidade da Estradas de Portugal, o açude terá de estar desinsuflado por um período de oito meses, deixando o caudal do rio Tejo exclusivamente dependente da gestão do caudal de água pelas entidades com a tutela dos recursos hídricos.

"Em consequência desse abaixamento de caudal, tornaram-se visíveis indícios de má qualidade da água, com cor negra e espuma em certos locais, e também a ocorrência que levou à morte de uma quantidade significativa de peixes na "escada de passagem" no açude insuflável na margem sul do Tejo em Abrantes", explica a autarca.

Mirante on line 14 abril

<http://www.omirante.pt/noticia.asp?idEdicao=54&id=81315&idSeccao=479&Action=noticia#.VS0mck10xok>

Agência Portuguesa do Ambiente investiga causas da morte de peixes no açude de Abrantes

Cl

Cl



A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) prometeu fazer uma "radiografia" ao açude de Abrantes para averiguar as causas da grande mortandade de peixes ocorrida a 3 de Abril. A garantia foi dada a O MIRANTE pela técnica da APA, Manuela Matos, à margem de uma visita dos deputados do PSD eleitos por Santarém ao açude de Abrantes, promovida na manhã desta segunda-feira, 13 de Abril, e que contou ainda com a presença de alguns pescadores. Os técnicos vistoriaram a estrutura prometeram encontrar justificações para o que sucedeu e uma solução para que o mesmo problema não se volte a repetir. "É à APA que cabe a fiscalização do açude, sendo esta entidade que deve "responsabilizar quem errou e quem não fez a manutenção devida mas também para dar uma solução que pode ser através de fundos comunitários", sugeriu o deputado Duarte Marques.

Público – 14 abril

PSD pede reparação imediata da escada para peixes no açude de Abrantes

<http://www.publico.pt/local/noticia/psd-pede-reparacao-imediata-da-escada-para-peixes-no-acude-de-abrantes-1692332>

O deputado do PSD Duarte Marques pediu nesta segunda-feira à Câmara Municipal de Abrantes que proceda à "reparação imediata" do açude insuflável no rio Tejo, afirmando ter constatado que a autarquia "não faz manutenção do sistema". A câmara desmente e culpa o baixo caudal do rio pela morte de peixes.

À margem de uma visita dos deputados do PSD eleitos por Santarém ao açude de Abrantes, Duarte Marques lembrou a mortandade de peixes ali registada no dia 3 de Abril, imputando à câmara municipal, de gestão socialista, a "não-realização de investimento na manutenção do açude e da escada passa-peixe" instalada.

"A morte destes peixes pode ter salvado a vida de muitos outros, porque o problema foi posto na praça pública. Espero agora a intervenção imediata da Câmara de Abrantes na reparação e limpeza do sistema, para que o peixe ainda possa seguir o seu curso normal para montante, e não ficar ali retido", disse o deputado do PSD.

Duarte Marques disse que solicitou a fiscalização da Agência Portuguesa do Ambiente para "responsabilizar quem errou e quem não fez a manutenção devida, mas também para dar uma solução, que pode ser através de fundos comunitários". Já na semana passada os deputados do PSD eleitos por Santarém fizeram perguntas ao ministro do Ambiente sobre esta situação. "É espantoso como há políticos que têm coragem para exigir novas pontes sobre o Tejo e não fazem sequer a manutenção devida de um açude que construíram. Há alguns anos, muitos alertaram para o problema deste açude. Infelizmente, tinham razão e os responsáveis por estes projectos decidiram ignorá-los", criticou.

Questionada pela Lusa, a presidente da Câmara de Abrantes, Maria do Céu Albuquerque (PS), afirmou que o açude "está em perfeitas condições", tendo acrescentado que o açude

insuflável "foi esvaziado para baixar o nível do espelho de água devido às obras de requalificação que decorrem na ponte" rodoviária de Abrantes, empreitada da Estradas de Portugal cuja conclusão se prevê para Novembro.

"Gostava de saber onde é que baseia o deputado Duarte Marques para fazer afirmações dessas", criticou a autarca, tendo afirmado que "a Câmara de Abrantes sempre fez a manutenção do açude, no âmbito das suas competências" e que o episódio da mortandade de peixes "deveu-se ao caudal anormalmente baixo do rio".

Maria do Céu disse ainda ter pedido uma reunião ao ministro do Ambiente para "debater os problemas causados pelo abaixamento crítico do caudal do rio Tejo para níveis sem precedentes históricos, quer em quantidade, quer em qualidade", situação que, frisou, "está a criar alguns problemas ambientais que merecem a maior preocupação por parte da autarquia e da comunidade ribeirinha".

Junto ao açude estiveram também técnicos da Agência Portuguesa do Ambiente, que reuniram com os deputados do PSD e a autarquia, e vistoriaram a estrutura. "Com a informação que recolhemos, vamos tentar encontrar justificações para o que sucedeu e encontrar solução para que o mesmo problema não se volte a repetir", disse à Lusa a técnica Manuela Matos

Diário de Notícias – Edição de 14 de abril

Açude de 10,5 milhões de euros é armadilha mortal para peixes no Tejo

Por João Batista

http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=4509179

Milhares de peixes morreram no açude de Abrantes, obra cuja manutenção levanta dúvidas. Câmara aponta abaixamento do caudal do rio como principal causa.

É um açude que custou 10,5 milhões de euros e que se está a revelar uma armadilha ecológica. A escada para peixes, estrutura que permite a passagem de peixes pelo açude, está inoperacional e a provocar mortandade, agravada pelos baixos caudais do rio Tejo. A morte de cerca de uma tonelada de peixes aconteceu no dia 3 deste mês, junto ao açude de Abrantes. "Os bombeiros e a GNR estiveram aí a encher caldeiros de 50 quilos com os peixes mortos e depois levaram-nos para o aterro municipal", disse ao DN Fernando Lento, pescador e amante do Tejo, morador na zona.

Paulo Lucas, da associação ambientalista Quercus, declarou ao DN que "o problema tem a ver com a redução dos caudais do rio, mas a variabilidade é uma coisa natural, enquanto o açude veio alterar as condições naturais do rio, constitui um obstáculo à passagem de peixes, e numa situação de pouca precipitação e de desvio da água do Tejo pelos espanhóis o problema agrava-se". Lucas diz que "a escada de peixes está inoperacional e, além do problema ambiental, está a causar graves prejuízos à economia local, com dezenas de pescadores a deixarem de ter o sustento do rio". Este dirigente da Quercus afirma que "é urgente reparar os erros e construir uma passagem de peixes adequada". E adverte que "se não chover nos próximos tempos, a situação vai agravar-se com a deterioração da qualidade da pouca água existente".

O caso levou os deputados do PSD por Santarém a questionarem o ministro do Ambiente e a visitarem ontem o local, acompanhados pela vice-presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, Manuela Matos, pelos vereadores do PS e do PSD (oposição) na Câmara Municipal de Abrantes, e por pescadores moradores na zona ribeirinha de Abrantes.

Antena Livre – 13 abril

PSD pede reparação imediata da escada passa peixe do açude de Abrantes

<http://www.antenalivre.pt/2015/04/psd-pede-reparacao-imediata-da-escada-passa-peixe-do-acude-de-abrantes-atualizada/>



O deputado do PSD Duarte Marques pediu hoje à Câmara Municipal de Abrantes para que proceda à “reparação imediata” do açude insuflável no rio Tejo, afirmando ter constatado que a autarquia “não faz manutenção do sistema”.

À margem de uma visita dos deputados do PSD eleitos por Santarém ao açude de Abrantes, Duarte Marques lembrou a mortandade de peixes ali registada no dia 3 de abril, imputando à Câmara Municipal, de gestão socialista, a “não-realização de investimento na manutenção do açude e da escada passa peixe” instalada.

“A morte destes peixes pode ter salvado a vida de muitos outros, porque o problema foi posto na praça pública. Espero agora a intervenção imediata da Câmara de Abrantes na reparação e limpeza do sistema, para que o peixe ainda possa seguir o seu curso normal para montante, e não ficar ali retido”, disse o deputado do PSD.

Duarte Marques disse hoje que solicitou a fiscalização da Agência Portuguesa do Ambiente para “responsabilizar quem errou e quem não fez a manutenção devida, mas também para dar uma solução, que pode ser através de fundos comunitários”.

“É espantoso como há políticos que têm coragem para exigir novas pontes sobre o Tejo e não fazem sequer a manutenção devida de um açude que construíram. Há alguns anos, muitos alertaram para o problema deste açude. Infelizmente, tinham razão e os responsáveis por estes projetos decidiram ignorá-los”, criticou.

Questionada pela agência Lusa, a presidente da Câmara de Abrantes, Maria do Céu Albuquerque (PS), afirmou que o açude “está em perfeitas condições”, tendo acrescentado que o açude insuflável “foi esvaziado para baixar o nível do espelho de água devido às obras de requalificação que decorrem na ponte” rodoviária de Abrantes, empreitada cuja conclusão se prevê para novembro.

“Gostava de saber onde é que baseia o deputado Duarte Marques para fazer afirmações dessas”, criticou a autarca, tendo afirmado que “a Câmara de Abrantes sempre fez a manutenção do açude, no âmbito das suas competências” e que o episódio da mortandade de peixes “deveu-se ao caudal anormalmente baixo do rio”.

Maria do Céu disse ainda ter pedido uma reunião ao ministro do Ambiente, para “debater os problemas causados pelo abaixamento crítico do caudal do rio Tejo para níveis sem precedentes históricos, quer em quantidade, quer em qualidade”, situação que, frisou, “está a criar alguns problemas ambientais que merecem a maior preocupação por parte da autarquia e da comunidade ribeirinha”.

Junto ao açude estiveram hoje também técnicos da Agência Portuguesa do Ambiente, que reuniram com os deputados do PSD e a autarquia, e vistoriaram a estrutura.

“Com a informação que recolhemos, vamos tentar encontrar justificações para o que sucedeu e encontrar solução para que o mesmo problema não se volte a repetir”, disse a técnica Manuela Matos.

A
Cec.

Notícias ao Minuto – 11 abril

Bloco questiona Governo sobre açude de Abrantes e baixos caudais do Tejo

<http://www.noticiasao minuto.com/pais/374053/bloco-questiona-governo-sobre-acude-de-abrantes-e-baixos-caudais-do-tejo>

O grupo parlamentar do BE quer saber junto do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia as razões para o baixo caudal do rio Tejo e a sua relação com os peixes mortos no açude de Abrantes

No conjunto de perguntas enviadas pelos deputados do Bloco de Esquerda (BE) ao ministério, a que a agência Lusa teve hoje acesso, o deputado Luís Fazenda sustenta que os bombeiros de Abrantes foram chamados no dia 03 de abril para retirarem milhares de peixes mortos na zona do açude insuflável, no rio Tejo, junto à estrutura de escada de peixe do Rossio ao Sul do Tejo, “sem qualquer foco de poluição aparente”.

Luís Fazenda pergunta se “tem o Governo conhecimento da mortandade de peixes do Rio Tejo, ocorrida em Abrantes, se teve conhecimento do caudal exíguo que desde, há pelo menos duas semanas, se fazia sentir no rio Tejo, em Abrantes, e se existe relação causa efeito entre o baixo caudal e a mortandade de peixes” verificada no açude em Abrantes.

No dia 03 de abril, o vereador responsável pelo Ambiente da Câmara Municipal de Abrantes, Manuel Valamatos, havia dito à Lusa que o nível do caudal do rio Tejo estava

“extraordinariamente baixo”, motivo que, alegou, teria estado na origem da morte de “um grande número de peixes”, que estimou em cerca de uma tonelada.

“Deve ter existido uma descarga acentuada de água por parte de uma barragem, que fez com que a água entrasse na escada ‘passa peixe’, seguido de um abaixamento repentino, o que levou a que os peixes ficassem ali reféns e sem água, acabando por morrer”, advogou o autarca.

Na reunião de executivo da Câmara de Abrantes, realizada na terça-feira, Manuel Valamatos reiterou a preocupação com os baixos caudais do rio, tendo admitido, aí, a existência de “alguns problemas” de operacionalidade nas comportas da escada ‘passa peixe’, situação que atribuiu a “atos de vandalismo”.

No conjunto de perguntas que Luís Fazenda colocou ao Governo, o deputado lembrou que, “em 2009, o Ministério do Ambiente informou, em resposta a um requerimento apresentado pela deputada Alda Macedo, do Bloco de Esquerda, que a passagem de peixes construída no açude de Abrantes carecia de licenciamento e legalização”

“Hoje, passados seis anos, a passagem de peixes já está licenciada e legalizada?”, perguntou.

O deputado do BE quer ainda saber o que o Governo vai fazer para aumentar o caudal do rio, se está a fazer a monitorização dos caudais, e se vão ser apresentados até ao verão deste ano, como anunciado pelos Governos de Portugal e de Espanha, os cinco planos de gestão das bacias hidrográficas dos rios internacionais.

Jornal **O Ribatejo** – 13 abri

Peixes mortos no Tejo – Deputados do PSD apontam o dedo ao reduzido caudal do rio e ao açude

<http://www.ribatejo.pt/2015/04/13/peixes-mortos-no-tejo-deputados-do-psd-apontam-o-dedo-ao-reduzido-caudal-do-rio-e-ao-acude/>

Os deputados do PSD eleitos por Santarém questionaram o Ministério do Ambiente sobre a “escassez do caudal” do rio Tejo no distrito de Santarém e sobre a mortandade de peixes no açude insuflável de Abrantes.

Os sociais-democratas alertam que, nos últimos meses, “têm surgido diversos alertas sobre a aparente redução do caudal do rio Tejo em vários pontos do distrito” de Santarém, tendo feito notar a “preocupante situação do açude de Abrantes”, infraestrutura que, destacou, “alterou significativamente as condições naturais do curso de água”. Os deputados põem em causa a operacionalidade de um equipamento em específico, a escada “passa peixe” e afirmam que há falta de manutenção do açude, construído pela Câmara Municipal de Abrantes com o objetivo de criar um espelho de água na zona do Aquapolis.

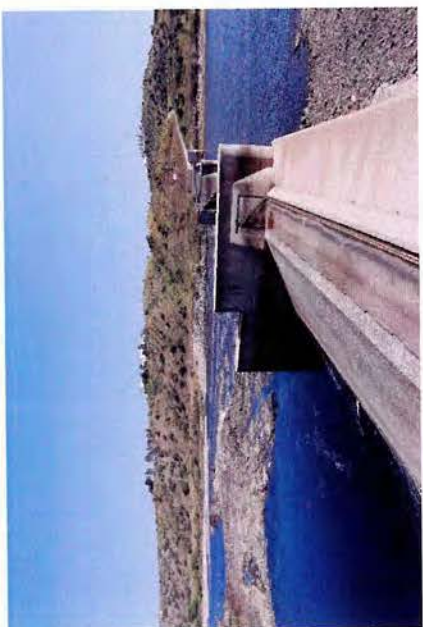
Na semana passada, a autarquia alertou para a referida mortandade de peixes e admitiu ter retirado do açude cerca de uma tonelada de peixes mortos e vivos, no dia 3 de abril. Na ocasião, o vereador responsável pelo Ambiente da Câmara Municipal de Abrantes, Manuel Valamatos, explicou que o nível do caudal do rio Tejo estava “extraordinariamente baixo”, motivo que, alegou, teria estado na origem da morte dos peixes. “Deve ter existido uma descarga acentuada de água por parte de uma barragem, que fez com que a água entrasse na escada ‘passa peixe’, seguido de um abaixamento repentino, o que levou a que os peixes ficassem ali reféns e sem água, acabando por morrer”, explicou o autarca. Já em reunião do executivo, realizada no dia 7, o vereador admitiu a existência de “alguns problemas” de operacionalidade nas comportas da escada ‘passa peixe’, situação que atribuiu a “atos de vandalismo”.

Por tudo isto, os deputados perguntam ao ministério do Ambiente se há violação do acordo de barragens com Espanha e pretendem “pressionar o Governo para intervir junto da EDP e do Governo espanhol para encontrar uma solução que normalize o caudal do Tejo”. Questionam ainda se o ministério está atento ao funcionamento do açude de Abrantes e dizem que, “se açude não cumpre a sua função e o sistema de passagem de peixes não tem a respetiva manutenção feita”, pretendem saber se há dinheiro no próximo quadro comunitário para fazer obras de manutenção do equipamento.

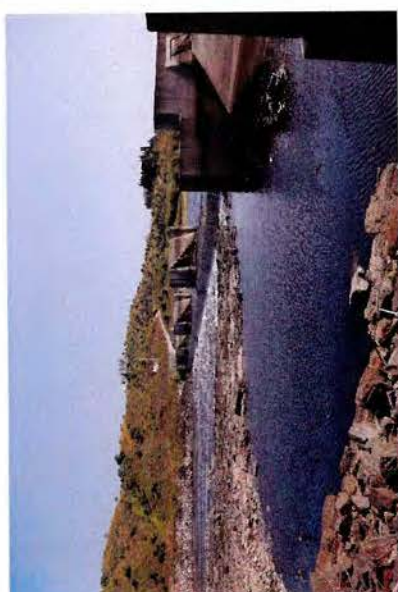
“Esta nossa iniciativa pretende aferir responsabilidades neste processo onde morreu uma tonelada de peixe, responsabilizar quem não efetuou a respetiva manutenção do açude, que acreditamos ser responsabilidade da autarquia de Abrantes, e saber que diligências tomou a Agência do Ambiente para fiscalizar a situação”, afirma o deputado Duarte Marques à Lusa. “O peixe e o rio são elementos estruturantes do nosso distrito e não deixaremos de lutar pela sua sustentabilidade, doa a quem doer”, vincou ainda o deputado.

el
G

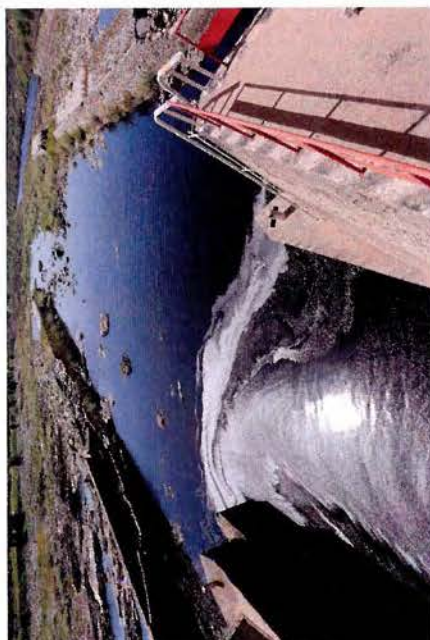
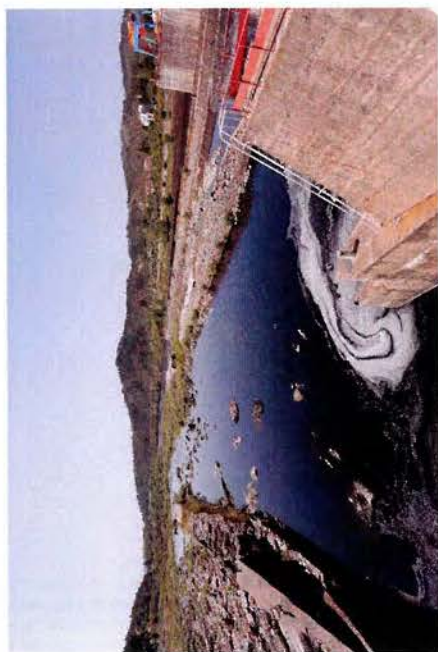
el
Cabrera



21
OK



21
Cot



27

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 21.04.2015

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG15329/2012:88859	13-09-2012	501938168 / CM4949	Associação de Agricultores dos Concelhos de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação / Rua das Quintas, 367 - Rossio ao Sul do Tejo	Reconstrução de edifício destinado a serviços / Arrifana - São Miguel do Rio Torto	Despacho	01-04-2015	Deferidas alterações introduzidas no decorrer da obra, devendo as mesmas originar um aditamento ao competente alvará: Deferido pedido de Autorização de Utilização, ficando a emissão desse Alvará dependente da (prévia ou simultânea) emissão do aditamento à Licença atrás referido.
PG15098/2012:88331	10-09-2012	502526440	Centro de Solidariedade Social da Freguesia do Souto / Rua da Casa do Povo - Souto - União das freguesias de Aldeia do Mato e Souto	Alteração de Lar de Idosos / Rua da Casa do Povo - Souto - União das freguesias de Aldeia do Mato e Souto	Despacho	02-04-2015	Deferido pedido de autorização de utilização
PG3509/2015:212008	04-03-2015	218224010	Patrícia Susana Munoz Presado Diogo / Rua Campo da Bola, n.º 32 - São Miguel do Rio Torto - União das freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	Alteração / Legalização de habitação - Rua Campo da Bola, n.º 32 - São Miguel do Rio Torto - União das freguesias de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo	Despacho	04-04-2015	Aprovado projeto, nos termos e com o enquadramento focado na informação técnica. Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.

62

Processo		Requerente, Residencia		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor

Indeferido pedido de autorização de utilização, devendo ser concedido o indispensável período de audiência prévia escrita. Em consequência, deverá o titular do processo instruir pedido de regularização ou proceder aos trabalhos de correção de modo a adequar a edificação ao projeto aprovado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias. Findo esse prazo sem que alguma destas orientações seja cumprida, serão acionadas as medidas de tutela da legalidade urbanística e demais sanções legalmente previstas. Deverá ainda notificar-se o Sr. Engº Jorge Manuel Alves Loureiro, alertando-o para o teor da alínea f) do nº 1 do Artigo 98º e do nº 2 do Artigo 100º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

PG13977/2014:191239	09-10-2014	143285378	António Álvaro de Oliveira Chaleira / Rua da Viscondessa, 303 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Alteração de habitação e ampliação de anexos / Rua da Viscondessa, 303 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	15-04-2015	Aprovado projeto de arquitetura, devendo ser juntos os projetos de especialidades no prazo legalmente previsto
---------------------	------------	-----------	---	--	----------	------------	--

21
66

Processo		Requerente, Residencia		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG18191/2013.149708	11-12-2013	500851085	Centro Social de Alferrarede / Rua do Diu n.º 2 - Apartado 49 - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Ampliação e alteração de edifício destinado a Centro de Dia / Rua de Goa - União das freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Despacho	15-04-2015	Deferido pedido de autorização de utilização. A emissão do competente Alvará ficará dependente da condicionada da entrega da ficha INE Q4 (elementos estatísticos), em falta no processo.